

MATRÍCULA: 999.269

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Belém - PA

DESTINO(S): TUCURUI/PA

PERÍODO(S): 12/09/2021 - 15/09/2021

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 e 1/2 (tres e meia) diaria(s)

FINALIDADE: Inspeção/Correição CGMP - Assessorar o Corregedor-Geral, na realização de Correição Ordinária nos cargos das PJ's de TUCURUI, Breu Branco e Novo Repartimento/PA.

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

BELÉM/PA, 30 de agosto de 2021.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 2680/2021-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012,

R E S O L V E:

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 125488/2021 conforme abaixo relacionado:

NOME: JOSE HAROLDO CARNEIRO MATOS

CARGO/FUNÇÃO: 2o Promotor de Justiça Assessor - CGMP

MATRÍCULA: 999.290

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Belém - PA

DESTINO(S): TUCURUI/PA, Breu Branco/PA, Novo Repartimento/PA

PERÍODO(S): 12/09/2021 - 17/09/2021

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 5 e 1/2 (cinco e meia) diaria(s)

FINALIDADE: Inspeção/Correição CGMP - Assessorar o Corregedor-Geral, na realização de Correição Ordinária nos cargos das PJ's de TUCURUI, Breu Branco e Novo Repartimento/PA.

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

BELÉM/PA, 30 de agosto de 2021.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 2681/2021-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012,

R E S O L V E:

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 125482/2021 conforme abaixo relacionado:

NOME: MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

CARGO/FUNÇÃO: Corregedor-Geral do Ministério Público

MATRÍCULA: 601.799

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Belém - PA

DESTINO(S): TUCURUI/PA, Breu Branco/PA, Novo Repartimento/PA

PERÍODO(S): 12/09/2021 - 17/09/2021

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 5 e 1/2 (cinco e meia) diaria(s)

FINALIDADE: Inspeção/Correição CGMP - Realizar Correição Ordinária nos cargos das PJ's de TUCURUI, Breu Branco e Novo Repartimento/PA.

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

BELÉM/PA, 30 de agosto de 2021.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Protocolo: 699151

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Núm. do Termo aditivo: 1.

Núm. do Termo de Cooperação: 008/2019-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI LTDA, mantida pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI.

Objeto do Contrato: seleção pública de estagiários.

Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência por mais 02 (dois) anos.

Data de Assinatura: 31/08/2021

Vigência do Aditamento: 11/09/2021 a 10/09/2023.

Ordenador Responsável: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Procurador Geral de Justiça

Protocolo: 699315

PORTARIA Nº 2696/2021-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o disposto no art. 56, IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO o Inquérito Policial n.º 0808785-19.2021.8.14.0000,

R E S O L V E:

DELEGAR poderes de Órgão de Execução ao Promotor de Justiça DANIEL BRAGA BONA para atuar no Inquérito Policial supramencionado podendo tomar todas as medidas que entender cabíveis e necessárias a instrução processual, inclusive, investigar, requisitar diligências, informações, exames, perícias, documentos, expedir notificações e intimações, realizar audiências, oitivas para colheitas de informações e esclarecimentos, requerer e acompanhar buscas e apreensões desde que deferidas pelas autoridades judiciárias, oferecer denúncia, interpor e contrarrazoar recursos em todos os graus e instâncias jurídicas até o final do processo, em tudo respeitados os direitos e garantias que assistem ao indiciado e pessoas envolvidas.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 31 de agosto de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 699397

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Extrato da PORTARIA nº 14/2021/MP/2ª PJCA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por seu órgão de execução signatário, membro Titular do 2º Cargo de Promotor de Justiça Conceição do Araguaia/PA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 54, inciso I, da Lei nº 57/06 (Lei orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), em consonância com o Art. 8º, inciso IV da Resolução nº 174/2017 – CNMP, instaurou Procedimento Administrativo.

PORTARIA nº 14/2021/MP/2ª PJCA

Assunto: com único objetivo de efetivar o devido acompanhamento do calendário de vacinação contra a Covid – 19 na cidade de Conceição do Araguaia – PA

Protocolo: 699158

RESUMO DA PORTARIA Nº 002/2021 – MPPA/ 3ª PJEPMA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000077-102/2021

A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÃO PENAL, PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DA CAPITAL, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000077-102/2021, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua 16 de novembro, 50, Cidade Velha, Belém-PA.

OBJETO: Acompanhar e fiscalizar a implantação da PNAISP nos estabelecimentos prisionais da Região Metropolitana, área onde temos atribuição na Tutela Coletiva do Sistema Prisional, para que a implantação de serviços de atenção básica nas unidades prisionais se efetive concomitantemente às ações de educação permanente para trabalhadores e gestores em serviços penais sobre o direito à saúde, assim como deve o Ministério Público fiscalizar a implementação de estratégias de cuidado para os agravos prevalentes da população privada de liberdade, para que esse cuidado seja compatível com as suas necessidades.

Belém, 12 de julho de 2021

.EDIVAR CAVALCANTE LIMA JÚNIOR

Promotor de Justiça, Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, Penas e Medidas Alternativas.

Protocolo: 699162

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL

SIMP Nº 008043-031/2020

O 12º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE SANTARÉM/PA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, torna público a conversão do Procedimento Preparatório sob o SIMP nº 008043-031/2020 em INQUÉRITO CIVIL, que se encontra a disposição na 12ª Promotoria de Justiça Cível, na Av. Mendonça Furtado 3991, bairro Liberdade, Santarém/PA.

PORTARIA de Instauração: 004/2021-MP/12ªPJCv.

Data da Conversão: 20/08/2021.

Objeto: apurar elementos voltados a averiguar o envolvimento de entidade do Terceiro Setor, em especial a Associação Privada Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS), na possível prática de condutas ilícitas, relacionadas com a hipótese de falsidade documental nas contas da entidade.

TULIO CHAVES NOVAES

Promotor de Justiça titular do 12º Cargo de Santarém

Protocolo: 699154

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº: 012/2021-MP/PA

PARTES: Ministério Público do Estado do Pará e a F. P. DO NASCIMENTO EIRELI, mantenedora da FACULDADE INTEGRADA DE ADVOCACIA DA AMAZÔNIA – FINAMA

OBJETO: Estabelecer as bases gerais de cooperação científica e técnica para seleção pública de estagiários.

DATA DA ASSINATURA: 31/08/2021

VIGÊNCIA: 01/09/2021 a 01/09/2023.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 699203

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 023/2021-MPPA/9ºPJ/STM

A 9ª Promotoria de Justiça de Santarém, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, § 1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 8º, § 5º, da Resolução nº 007/2019-CPJ, vem por meio deste edital, cientificar o interessado "ANÔNIMO" e a todos quantos possam interessar, sobre o declínio de atribuição em prol do